

## SENTIDOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR:

o que pensam os universitários em situação de pobreza

Rafaela Silveira de Aguiar

Ilanna Teixeira Nunes

Domingos Sávio Abreu

**Resumo:** Este artigo objetivou apreender os sentidos da assistência estudantil para os discentes universitários em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Para tanto, realizou-se grupos focais com estudantes dos *campi* do interior da Universidade Federal do Ceará, notadamente nas cidades de Crateús, Quixadá, Russas e Sobral no Estado do Ceará, Brasil. As principais questões norteadoras trabalhadas com os interlocutores foram a transição do ensino básico para o ensino superior, os desafios do ingresso na universidade e a inserção nos programas de assistência estudantil. Os resultados identificados apontam a importância da trajetória escolar para o ingresso no ensino superior, assim como os dilemas da permanência na universidade: mudança de cidade, despesas com moradia e alimentação e adaptação ao universo acadêmico. Segundo os alunos, a participação nos programas de assistência estudantil, sobretudo quanto ao auxílio para arcar com despesas de moradia e o acesso ao restaurante universitário, representam a garantia das necessidades básicas, o alívio financeiro da família e a consolidação de condições materiais para o alcance da diplomação. Para muitos, a permanência na universidade estava condicionada ao acesso a tais programas. Do exposto, compreende-se que as políticas de assistência estudantil têm centralidade no processo de democratização do ensino superior e no combate às desigualdades sociais e educacionais no país.

**Palavras-chave:** assistência estudantil; ensino superior; pobreza; desigualdades sociais.

### Introdução

Pensamos que os últimos 15 anos de expansão de programas de transferência de renda no Brasil produziram expectativas de continuidade dos estudos e crescimento profissional de uma geração de jovens que almeja romper com a vulnerabilidade socioeconômica com que seus pais e antepassados conviveram. Os jovens estão acessando o ensino superior público, inaugurando um cenário mais inclusivo no país, oportunizado pelas políticas de ampliação e de democratização do acesso e de permanência no ensino superior, tais como o Reuni, o sistema ENEM/SISU e a política de cotas.

O devido registro de democratização do alunado nas instituições de ensino superior pública não pode estar limitado ao marco do ingresso de novos segmentos sociais, embora o acesso ao ensino superior em si já represente a ultrapassagem de uma importante barreira histórica. Os desafios da

permanência e do sucesso acadêmico dos novos sujeitos na academia deve compor uma análise complexa do impacto de políticas afirmativas.

No presente artigo, objetivamos apreender os sentidos da assistência estudantil para os discentes que são público-alvo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Trata-se de estudo de caso com alunos de graduação presencial da Universidade Federal do Ceará matriculados nos *campi* do interior, são eles: Crateús, Quixadá, Russas e Sobral.

Quanto à metodologia, realizamos quatro grupos focais, um em cada *campus* do interior da Universidade Federal do Ceará. As equipes de assistência estudantil colaboraram convidando os alunos a participar da pesquisa. Os critérios que estipulamos foram: estar participando do programa auxílio moradia; ter representação de cada curso do *campus*; equilíbrio entre mulheres e homens; ter o mínimo de seis e o máximo de dez interlocutores. Os áudios dos grupos foram gravados e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos assinados.

## **1. Assistência estudantil no ensino superior: alguns apontamentos**

A assistência estudantil no ensino superior já apresentou diferentes conformações ao longo da história, inclusive é permeada de diferentes concepções em disputa, como aponta Dutra e Santos (2017), sobretudo nas dualidades entre gasto e investimento; relação favor e direito; universalidade e focalização; recursos mínimos e atendimento integral ao estudante.

A legitimação da assistência estudantil como política pública educacional começou a se consolidar após o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES. O Fonaprace publicou em 1997 e 2004 pesquisas amostrais que revelaram a significativa presença de estudantes integrantes das classes C, D e E, por volta de 44%, o que evidenciou a demanda por ações que permitissem apoiar tal público para o êxito na realização de um curso superior.

Tais pesquisas permanecem sendo executadas, sendo a quinta versão realizada em 2018 e divulgada em maio de 2019. Esta última pesquisa publicada, que contemplou as 63 universidades federais, identificou que 48,3%, são estudantes oriundos de escolas públicas de Ensino Médio e de segmentos étnico-raciais. Quanto à condição socioeconômica, 70,2% dos estudantes têm renda mensal familiar per capita até um e meio salários mínimos. No marco de duas décadas, houve aumento de quase 26% dos estudantes com esse perfil inseridos nas Universidades, considerando a primeira edição da pesquisa (FONAPRACE, 1997).

Diante da expansão de estudantes com rendas mais baixas no ensino superior público, a demanda por ações da assistência estudantil é expressiva. Até 67% do público alvo do PNAES não é atendido e representa uma demanda reprimida.

A pressão provocada pela demanda não atendida gera um quadro de disputa na seleção dos estudantes. A seletividade, portanto, adquire centralidade no processo, obstruindo a discussão efetiva sobre a insuficiência dos recursos do PNAES para contemplar os sujeitos almejados pelo Programa.

Considerando que os objetivos do PNAES, são: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e

conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.” (BRASIL, 2010), as ações podem ser feitas em: área de moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acessibilidade e participação de pessoas com deficiência.

À incerteza quanto ao PNAES se soma à fragilidade jurídica do instrumento legal que consubstancia o Programa. Um decreto presidencial não dá a assistência estudantil um caráter de política de Estado, permitindo, assim, que esta fique submetida ao interesse político particular. Esta condição já reverberou na Câmara de Deputados, na qual tramita o Projeto de Lei N° 1.270, de 2015, que trata da institucionalização da assistência estudantil como lei ordinária.

Com base na autonomia das universidades federais, o PNAES pode se realizar com diferentes priorizações e recortes regionais. Desse modo, assinalamos no tópico seguinte a contextualização do lócus da pesquisa, a Universidade Federal do Ceará, em especial, os *campi* do interior.

## **2. A interiorização do ensino superior público e a expansão da Universidade Federal do Ceará**

A primeira instituição de ensino superior no estado do Ceará foi a Universidade Federal do Ceará (UFC), conforme aponta Menezes Neto (2011), criada através da Lei 2.373, de dezembro de 1954. Até meados de 2001, conforme veremos abaixo, a universidade teve suas atividades realizadas na capital do estado - Fortaleza.

A UFC, ao longo de sua existência, passou por alguns processos de expansão quanto à ampliação de vagas reservadas a graduação. Esses processos podem ser categorizados, resumidamente, em dois movimentos: os que ocorreram entre 1991 e 1999, responsáveis pelo aumento das vagas nos *campi* de Fortaleza, e aqueles iniciados a partir de 2001, os quais são marcados pelo movimento de interiorização do ensino superior no estado.

O processo de interiorização teve início nas cidades de Sobral e Barbalha com a criação de cursos de medicina, sendo ampliado em meados de 2005 com a instituição de *campi* avançados nesses municípios e em Quixadá. Segundo Lima (2013), o salto quantitativo de dois cursos para doze em 2005 deve-se ao Programa de Expansão I, iniciativa dos reitores das universidades federais junto ao governo federal, que teve como objetivo a interiorização das universidades federais.

No contexto de expansão induzido pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, foram criados, a partir de 2011, mais dois *campi* avançados da UFC, um na cidade de Crateús e outro na cidade de Russas, consolidando o movimento iniciado no início desse século.

Cabe apontar, dada a oportunidade, que a presença da UFC nas cidades do interior do Estado tem impactado fortemente a formação universitária de milhares de pessoas (ANDRIOLA, 2015), possibilitando aos jovens dessas regiões: condição mais viável de inserção no ensino superior; oportunidade de entrada no mercado qualificado de trabalho; mudança de valores, perspectivas e comportamentos; ampliação da rede de sociabilidade; (MELO et al., 2015).

Após a descrição e problematização do contexto em que a Assistência Estudantil está inserida no Brasil, especificamente na UFC, o tópico seguinte irá abordar as discussões produzidas a partir da realização da pesquisa.

### **3. Sentidos da assistência estudantil: discursos e demandas de quem precisa**

Os participantes da investigação social ora discutida, como assinalado antes, são estudantes da UFC dos *campi* de Crateús, Quixadá, Russas e Sobral. Todos integram o Programa Auxílio Moradia, uma das ações de assistência estudantil realizada pela Universidade e que faz parte das diretrizes do PNAES. Esse Auxílio é voltado para os discentes que têm referência familiar e residência domiciliar fora da sede do curso e que apresentam condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Para ter acesso aos programas de transferência de renda do PNAES, os discentes precisam ter renda *per capita* inferior a um salário mínimo e meio e, preferencialmente, ter realizado o ensino médio na rede pública de ensino. No entanto, o aluno integrante de programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada, por exemplo) tem prioridade nos procedimentos de elegibilidade e hierarquização na seleção dos candidatos. À título de exemplo, no *campus* Sobral em 2020, 83% dos beneficiários do Programa Auxílio Moradia estão no Cadastro Único e/ou são do Programa Bolsa Família. Isto posto, o público participante dos grupos focais assume esse perfil socioeconômico.

Antes de passarmos para a discussão sobre os resultados da pesquisa, faz-se necessário indicar que a realização dos grupos focais teve como questões norteadoras “a transição do ensino básico para o ensino superior”, “os desafios sobre o ingresso na universidade”, “a compreensão sobre a política de assistência estudantil” e “as contribuições das ações do PNAES para a permanência no ensino superior”. Objetivamos captar através dessas provocações as representações e significados tecidos pelos estudantes acerca de suas trajetórias acadêmicas e quais os significados que a assistência estudantil tem adquirido. Dessa forma, os próximos subtópicos trarão esses apontamentos.

#### **3.1. “Por que eu estou aqui? Será que eu realmente deveria estar aqui?”**

O período de passagem da escola para a universidade foi a primeira dimensão a ser debatida nos encontros realizados com os alunos. Essa transição é atravessada por vários aspectos que determinam a maneira com que o ingresso é vivenciado pelos estudantes.

O acesso ao ensino superior para muitos jovens brasileiros não é um caminho dado e inevitável, muito pelo contrário, é algo que parece ser distante e quase impossível (“Na minha escola, entrar numa federal [universidade] era algo inalcançável, poucas pessoas conseguiam passar”). As condições sociais e econômicas surgem nos relatos como algo que limita os planos para o futuro (“Eu nem tinha a pretensão de fazer um curso superior porque eu era padeiro”) e molda as representações sobre si (“A gente mesmo não acredita em nós mesmos, pois como a gente vem de escola pública já tem a ideia de que não vai conseguir”).

Para muitos estudantes das classes populares, estar na universidade é construir itinerários de vida até então inalcançados pelos familiares (“Nós teremos um futuro diferente dos nossos pais”) e, por vezes, a possibilidade de realização dos projetos de vida dos pais (“Minha mãe gostava muito de estudar, mas deixou de estudar para me ter. Hoje eu pego essa responsabilidade e esse querer dela em estudar e coloco para mim”). Nessa direção, a preparação profissional e a formação universitária perpassam questões relacionadas a elaboração de projetos de vida, envolvendo a construção de uma imagem futura para si, não sendo encarada somente como um ritual de passagem (PIMENTA, 2001).

Meus pais conversaram comigo e decidiram me manter até eu conseguir uma bolsa. Eles dividiram as minhas despesas. O dinheiro que eles me davam era contadinho. Eu tinha trinta reais para me virar durante a semana [...] é horrível você saber que na minha casa, longe, tinha alguém com medo, vazia e preocupada comigo. Quando eu consegui [auxílio moradia] não foi só ter uma grana para estar na cidade, mas sobre sentir que agora teria um pouco mais de estabilidade. Isso é imensurável. (Discente do *campus* Sobral).

Eu até tinha dinheiro guardado para vim pra cá. Só que as aulas começaram e só foi abrir o edital [da assistência estudantil] no final do ano, ou seja, já tinha cursado um semestre todo sem bolsa. [...] o auxílio foi uma oportunidade muito grande porque eu já não tinha condições de ficar estudando aqui, pois minha mãe já tinha outras despesas de aluguel lá. (Discente do *campus* Crateús).

Fiz o Enem e quando eu passei conheci a realidade: “Olá, prazer. Meu nome é realidade.”. Daí, não tinha como me bancar aqui [Universidade] e eu estava numa situação familiar muito complicado por conta da separação dos meus pais. Nessa história, meu pai foi preso e fiquei só com minha mãe e meus irmãos. Eu não tinha como pedir nada para ela, tipo, me bancar ou trazer ela para cá. Aí, eu tinha um amigo concursado federal que disse que poderia me ajudar até eu conseguir o auxílio moradia. Ele acreditou em mim. (Discente do *campus* Quixadá).

Como eu já vinha de um instituto federal, eu já sabia dos programas e das bolsas. Eu vim com uma poupança, além da ajuda da família. Eu tinha que arranjar algo antes dessa poupança acabar porque senão eu iria voltar. (Discente do *campus* Russas).

As barreiras não se esgotam com a chegada à universidade, mas se intensificam e, conforme os relatos, há uma preparação prévia para esse momento (“Eu vi minha mãe guardar um dinheiro antes de eu vir pra cá”), embora as estratégias para custear as despesas, dada a nova condição de vida, variem de forma e de arranjo. Nesse sentido, a maioria, ao decidir ingressar nos cursos, colocava como condição essencial o recebimento de algum benefício pecuniário repassado pela instituição de ensino.

### **3.2. Caminhos de autonomia e centralidade dos estudos**

Zago (2006) identifica que já há um novo lugar nas ciências sociais para estudo da educação das classes populares, no qual as pesquisas sobre as

formas marginais de inserção de estudantes no ensino superior ganham espaço. Entender a condição de estudante universitário passa por conceber as várias dimensões que a compõe. Em geral, tal discente representa um jovem que se enquadra no perfil da população em idade ativa, mas que interrompe a experiência de trabalho em busca de crescimento profissional para alcançar uma vida mais digna ou dar continuidade aos estudos após a conclusão da educação básica (sem inserção no mercado de trabalho) e se percebe desafiado a manter-se como universitário. Desse modo, a condição do estudante passa por questionamentos, como: tenho acesso à moradia, à alimentação e ao transporte?; o que minha família pode suprir?; meu estado de saúde física e mental estão intactos?; as relações interpessoais e a correspondência com o status acadêmico ainda fazem sentido?; consigo ser tolerante com diversidades culturais?

O impacto da inserção nos programas da assistência estudantil marca uma nova fase de estudantes em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social na Universidade. As preocupações sobre a manutenção das necessidades básicas são reduzidas. O Auxílio representa por um lado o momento de conquista de certa autonomia e de outro, a possibilidade de retirar o peso econômico de seu financiamento por sua família (pelo menos em parte), sendo esta uma das mais intensas inquietações verbalizadas pelos estudantes em todos os grupos focais (“Eu passei quatro meses até receber o auxílio e nesse período foi muito difícil. Quando eu recebi foi tudo”; “Você não precisa estar dependendo da sua família e vendo que ela tá passando dificuldade”; “A pessoa faz faculdade, aqui, de ‘boa’, pois sabe que os pais podem dormir tranquilos, porque o seu filho está pagando todas as contas”).

O Auxílio Moradia garante o recebimento de uma bolsa mensal no valor entre R\$ 520,00 e R\$ 530,00, variando conforme a quantidade de dias do mês; assim como, permite o acesso livre ao restaurante universitário, cujas refeições fornecidas nos *campi* do interior acontecem no almoço e no jantar. Com o recurso recebido, o estudante arca com o aluguel de um imóvel próximo ao local das aulas. Geralmente, a moradia é compartilhada para reduzir as despesas com locação, sendo identificado até onze alunos por imóvel. Somam-se as demais despesas decorrentes, a saber: energia elétrica, água/saneamento e internet. O recurso recebido serve ainda para financiar os custos com café da manhã e alimentação do final de semana (para aqueles alunos que permanecem na cidade).

Quando você consegue entrar nesse programa de assistência, a gente se tranquiliza sabendo que aquele dinheiro é certo, por exemplo, para assinar contrato de uma casa. Com a assistência, toda essa parte financeira pesada é solucionada, traz uma melhoria na nossa vida, seja no emocional, seja no rendimento. (Discente do *campus* Russas)

Antes de vir pra cá, eu não sabia como pagar uma conta de energia na lotérica. Quando cheguei aqui, eu tive uma dificuldade tão grande. Eu tive que aprender a administrar dinheiro também. Então foi uma mudança tão grande de fazer essas coisas sozinha. (Discente do *campus* Sobral)

Quando eu entrei, não tinha nem RU [Restaurante Universitário]. Eu tinha que escolher entre dormir na hora do almoço, porque eu tinha

virado a noite estudando ou comer, sabe? Em agosto, quando o RU abriu, eu achei um banquete. (Discente do *campus* Russas)

Podemos reconhecer nessas situações exercícios de autonomia. O valor monetário e a regularidade de recebimento do auxílio proporcionam a constituição de um projeto de vida estudantil essencialmente definido a partir de escolhas do universitário, provocando rupturas com o projeto determinado pelo meio originário (família, comunidade e local de origem, por exemplo), pois sem a autonomia econômica, não haveria possibilidades de escolhas, haja vista que a vida universitária estaria atrelada totalmente à família, que diante do sacrifício que faz, continua exercendo direito de direcionar a vida do estudante.

Conforme Rego e Pinzani (2014, p. 65), quando o indivíduo é capaz de agir de acordo com um projeto pessoal de vida boa “e de considerar a si e a outros sujeitos como capazes de estabelecer relações de direitos e deveres”, é possível concebê-lo como possuidor de um grau mínimo de autonomia.

É bonito a gente ver que pessoas que estão sendo auxiliadas pelo governo estão retribuindo em forma de conteúdo. Porque algumas pessoas acham que é gasto, mas é um investimento e se não fosse esse programa ninguém estaria aqui. (Discente do *campus* Russas)

A primeira palavra que vem na minha mente é equidade. Eu vejo a Assistência estudantil é de dar equidade, dar condições para poder mudar suas próprias vidas, dando oportunidades para a pessoa que quer. Acho que um novo nome poderia ser Equidade Social. (Discente do *campus* Sobral)

Eu vou ser a primeira com diploma, a primeira da família que vai ter uma profissão diferente, pois minha mãe é faxineira. Eu quero me formar porque sem diploma você passa a ser nada. [...] Eu vejo meu diploma como um par de asas que vai me proporcionar altos voos e vários horizontes. (Discente do grupo de Crateús)

Os processos de autonomia estão vinculados aos aspectos de dignidade humana e justiça social que são elucidados quando a garantia de ter onde comer, a garantia de ter onde morar e o alívio de poder parar de pedir a quem não tem suficientemente (sua família) são concretizados na realidade dos alunos. Superado a dimensão da sobrevivência (mínima) no local de estudo, a principal satisfação dos estudantes se volta para a priorização dos estudos e o aproveitamento das diversas oportunidades do curso de graduação.

Uma tranquilidade de um programa que é fixo é muito boa. O bom da assistência, pelo menos na UFC, é que nós não somos vistos como simplesmente bolsistas e, por isso, são menos. Na verdade, uma pessoa daqui [uma das participantes do grupo focal], por exemplo, que foi para Paris apresentar um trabalho, é muito importante a gente dizer isso. (Discente do *campus* Russas)

Faculdade é uma maneira de libertação. [...] Eu sempre tive que ser o corte porque meu pai sempre falava que minha mãe não tinha condições de me criar. E, por conta disso, sempre tive que provar o contrário. Eu quero que ele saiba que eu sou foda. (Discente do *campus* Crateús)

Eu acho que a melhor palavra que define é esperança. Até a gente chegar aqui, depois de ver nossos pais sem essa oportunidade, sair de casa para procurar ter uma vida melhor do que as dos nossos pais. A gente tem esperança que um dia vai se formar, conseguir ajudar nossos pais quando eles precisarem. Nós teremos um futuro diferente dos nossos pais. (Discente do *campus* Sobral)

Os estudantes percebem a importância do acompanhamento social, psicológico, pedagógico e nutricional na assistência estudantil para contribuir na adaptação à rotina universitária e ao novo ambiente de constituição de relações sociais, assim como proporciona apoio quanto ao desempenho e rendimento acadêmicos.

Não é um curso fácil, pois já passei por muita dificuldade no primeiro semestre, por exemplo, reprovei quatro cadeiras. Isso é horrível. Eu sou bolsista desde 2016, quando eu entrei. Quando eu tive o atendimento com assistente social e psicóloga, tive um acompanhamento mais de perto por conta das reprovações. O mais legal disso é que depois dessas quatro reprovações eu nunca mais reprovei, ou seja, eu encontrei o caminho de como estudar e como me sentir bem na cidade graças à assistência estudantil. (Discente do *campus* Russas)

Me ajudou na hora de estudar, pois como eu não consigo controlar minha ansiedade e, por conta do auxílio, eu tenho que me dedicar mais ainda. Não posso tirar nota baixa e isso me deixa mais ansiosa. Porém isso não é culpa do benefício, mas como eu reajo a tudo isso, sabe? Eu preciso aprender a lidar com tudo isso. (Discente do *campus* Sobral)

Eu vejo como uma forma de apoio, porque ela não só dá o apoio financeiro, mas também o psicológico. Não adianta dá só o financeiro porque a pressão é muito grande. Acho que se não fosse a assistência estudantil muitos não estariam aqui. (Discente do *campus* Crateús)

Para além da gestão de bolsas e auxílios, as equipes técnicas especializadas, que passaram a integrar os recursos humanos das Universidades, têm papel estratégico no apoio dos discentes quanto ao desafio da nova moradia e das exigências acadêmicas e curriculares, combatendo a evasão e a retenção. A transição para os percursos de independência sobre a família e as responsabilidades que são desencadeadas nesse processo provocam inúmeras emoções, tais como: insegurança, medo, ansiedade, solidão, euforia. No entanto, foram identificados nos lócus da pesquisa, composições de equipes insuficientes, como a falta de serviço de psicologia no *campus* Sobral e de serviço social no *campus* de Crateús.

### **3.3. O fim de um sonho?**

Em caráter de suposição, pedimos aos interlocutores dos grupos focais que simulassem o encerramento dos programas da assistência estudantil e como isso podia impactá-los. Parte dos alunos relatou que isso representaria o trancamento do curso e retorno à cidade de origem, não saberiam como pedir aos pais que os ajudassem novamente (“Perder a bolsa é ter que voltar para



casa”). Os discentes que estão a poucos semestres de concluir a formação declararam que procurariam uma atividade remunerada, sendo obrigado a reduzir o número de disciplinas matriculadas, protelando a diplomação (“Se a bolsa acabasse, hoje, eu trancaria, pois meus pais não têm condições para me bancar”; “Com toda certeza não teria como continuar o curso, pois eu teria que voltar para minha cidade e não teria condições de fazer o movimento entre minha casa e a faculdade”).

Dos 23 cursos de graduação de todos os *campi* do interior, apenas três cursos não estão na modalidade de tempo integral. (“Eu teria que mudar minha rotina e procurar um emprego. Eu não poderia mais me dedicar à faculdade; “No meu caso, teria que deixar de lado a faculdade e seguir a vida de um outro jeito”; “Teria que trabalhar, mas nosso curso é integral e não daria como fazer as duas coisas. A faculdade demanda muito tempo”).

A assistência estudantil, portanto, pode ser entendida como um ponto de equilíbrio para o estudante ter segurança e garantir as necessidades básicas de sua sobrevivência. Com o acesso ao Programa Auxílio Moradia, os alunos conseguem o suporte mínimo capaz de permitir o prolongamento do projeto de formação universitária (“a gente pode ficar mais tranquila para realizar o nosso sonho de se formar”). Quando imaginam a interrupção da assistência estudantil, é sinalizado o fim de um ideal de vida para muitos.

### **Considerações finais**

As políticas públicas podem ser decisivas para interferir no fracasso escolar e ativar competências e habilidades (LAHIRE, 2004). Desse modo, a expansão e interiorização do ensino superior, o sistema SISU/ENEM, as políticas de cotas e o PNAES representam investimentos públicos que estão combatendo as desigualdades sociais e alterando a imagem social das universidades públicas.

As vozes dos estudantes universitários que estão em situação de pobreza e/ou vulnerabilidades sociais nos revelam uma trajetória de resistência às condições objetivas que obstam as perspectivas de acesso e de permanência no ensino superior.

Os discursos dos beneficiários das políticas de assistência estudantil apontam a importância da continuidade e da regularidade dos programas e da segurança alimentar, assim como atribuem como produtivo o acompanhamento acadêmico e social que as instituições públicas de ensino superior podem proporcionar em busca da realização de projetos de vida fincados na justiça social, nos direitos humanos e na liberdade, os quais possam romper com trajetórias de reprodução da pobreza e de desigualdade social.

### **REFERÊNCIAS**

ANDRIOLA, W. B; SULIANO, D. C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 96, n. 243, p. 282-298, mai/ago. 2015. Disponível em: < [encurtador.com.br/drwL4](http://encurtador.com.br/drwL4)>. Acesso em: 08 set. 2019.

BRASIL. Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007. Cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI. Brasília, DF, 2007.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras. Uberlândia, 2019. Disponível em: <[http://noticias.paginas.ufsc.br/files/2019/05/VERSAO\\_MESTRA\\_DO\\_RELATORIO\\_EXECUTIVO\\_versao\\_ANDIFES\\_14\\_20h52\\_1.pdf](http://noticias.paginas.ufsc.br/files/2019/05/VERSAO_MESTRA_DO_RELATORIO_EXECUTIVO_versao_ANDIFES_14_20h52_1.pdf)>. Acesso em: 10 ago 2019.

DUTRA, N. G. R; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

LIMA, K. R. R. O REUNI na Universidade Federal do Ceará-UFC/Sobral: expansão, interiorização e mobilidade acadêmica. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 6., 2013, São Luís. Anais... São Luís: Ufma, 2013. p. 1 - 11. Disponível em: <[encurtador.com.br/buwE8](http://encurtador.com.br/buwE8)>. Acesso em: 10 set. 2019.

LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 2004.

MELO, P. B. M; CAMPOS, L. H. R.; ZARIAS, A. O novo habitus de estudantes da universidade pública no interior do Nordeste. In: HERINGER, Rosana (Org.). Cadernos do GEA. N. 7, jan-jun, 2015. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP.

MENEZES NETO, P. E. O Ceará e suas Universidades. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2011. 232p.

PIMENTA, M. de M. *Jovens em transição: um estudo sobre a transição para a vida entre estudantes universitários em São Paulo*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

REGO, W. L; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. V. 11, n. 32, maio/ago, 2006. p. 226-337. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 8 ago 2019.